



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 171526 - RJ (2020/0080211-8)

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI

SUSCITANTE : TELEMAR NORTE LESTE S/A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

ADVOGADOS : PAULO DE MORAES PENALVA SANTOS - RJ031636

JOSE ROBERTO DE ALBUQUERQUE SAMPAIO - RJ069747

ANA TEREZA BASILIO - RJ074802

SÉRGIO RICARDO SAVI FERREIRA - RJ106962

EURICO DE JESUS TELES NETO - RJ121935

SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA EMPRESARIAL DO RIO DE JANEIRO - RJ

SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 11ª VARA DE EXECUÇÃO FISCAL DO RIO DE JANEIRO - SJ/RJ

INTERES. : AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

DECISÃO

Trata-se de conflito positivo de competência, com pedido liminar, suscitado por TELEMAR NORTE LESTE S/A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL em face do JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA EMPRESARIAL DO RIO DE JANEIRO - RJ e do JUÍZO FEDERAL DA 11ª VARA DE EXECUÇÃO FISCAL DO RIO DE JANEIRO - SJ/RJ.

Ação em trâmite no Juízo do Rio de Janeiro: recuperação judicial da suscitante.

Ação em trâmite na Vara de Execuções Fiscais: execução fiscal ajuizada pela ANATEL em desfavor da suscitante.

Conflito de competência: alega em síntese, que, nos termos da jurisprudência do STJ, o juízo onde tramita a recuperação judicial é o único competente para dirimir questões que afetem o patrimônio da sociedade empresária devedora. Pleiteia, liminarmente, seja "determinada a imediata suspensão da r. decisão proferida pelo MM. Juízo Federal, nos autos da execução fiscal nº 0005854-83.2012.4.02.5101, designando-se, desde já, o MM. Juízo da 7ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro como competente para resolver, em caráter provisório, as medidas urgentes" (e-STJ fl. 13).

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

O STJ assentou o entendimento de que, tanto após o deferimento do pedido de recuperação judicial quanto após a decretação da quebra, o destino do patrimônio da

sociedade não pode ser afetado por decisões prolatadas por juízo diverso do que é competente para a recuperação ou falência. Nesse sentido: CC 79170/SP, Primeira Seção, DJe 19/09/2008; e CC 106.768/RJ, Segunda Seção, DJe 02/10/2009.

Portanto, na espécie, mediante juízo perfunctório, infere-se que o JUÍZO FEDERAL DA 11ª VARA DE EXECUÇÃO FISCAL DO RIO DE JANEIRO – SJ/RJ não detém competência para dar continuidade a atos que impliquem restrição ao patrimônio da suscitante.

Forte nessas razões, DEFIRO o pedido liminar, a fim de suspender a prática, pelo JUÍZO FEDERAL DA 11ª VARA DE EXECUÇÃO FISCAL DO RIO DE JANEIRO – SJ/RJ, de atos que impliquem constrição ao patrimônio da suscitante nos autos da execução fiscal nº 0005854-83.2012.4.02.5101, designando-se, outrossim, o JUÍZO DIREITO DA 7ª VARA EMPRESARIAL DO RIO DE JANEIRO - RJ para resolver, em caráter provisório, as medidas urgentes.

Oficie-se aos Juízos suscitados, com urgência, comunicando-lhes e solicitando informações.

Após, ao Ministério Público Federal, nos termos do art. 64, V, do RISTJ.

Oportunamente, retornem os autos conclusos para julgamento.

Brasília, 03 de abril de 2020.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Relatora